

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 • NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE POSSE, DETENÇÃO E PROPRIEDADE	13
✉ RECADO	13
1. CONCEITO DE POSSE.....	13
2. TEORIAS DA POSSE	14
2.1. Teoria Subjetiva.....	15
2.2. Teoria Objetiva	15
3. DETENÇÃO E POSSE	16
4. CLASSIFICAÇÃO DA POSSE	18
4.1. Quanto à Extensão da Garantia Possessória.....	18
4.2. Quanto ao Compartilhamento da Posse	19
4.3. Quanto à Existência de Vício	20
4.4. Quanto à Subjetividade	20
4.5. Quanto aos Efeitos.....	21
4.6. Quanto à Idade.....	21
5. EFEITOS DA POSSE	22
5.1. Efeitos Materiais da Posse	22
5.2. Efeitos Processuais da Posse.....	26
6. A POSSE AGRÁRIA	28
📄 RESUMO	29
▶ VÍDEO	30
CAPÍTULO 2 • INTRODUÇÃO AO DIREITO AGRÁRIO	31
✉ RECADO	31
1. CONCEITO DE DIREITO AGRÁRIO.....	31
2. NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO AGRÁRIO	32
3. OBJETO DO DIREITO AGRÁRIO	34
4. AUTONOMIA DO DIREITO AGRÁRIO	36
5. FONTES DO DIREITO AGRÁRIO	38
6. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AGRÁRIO.....	38
6.1. Princípio do monopólio legislativo da União.....	39
6.2. Princípio da privatização das terras públicas (despublicização).....	39
6.3. Princípio da proteção à propriedade familiar, pequena e média propriedades rurais	40

6.4.	Princípio da utilização da terra sobreposta à titulação dominial (primazia da utilização da terra).....	41
6.5.	Princípio da proteção do trabalhador rural	41
6.6.	Princípio da prevalência do interesse público sobre o privado (primazia do interesse coletivo).....	42
6.7.	Princípio do combate às terras improdutivas (combate ao latifúndio, minifúndio, ao êxodo rural, à exploração predatória e aos mercenários da terra).....	42
6.8.	Princípio da desapropriação para fins de reforma agrária como aspecto positivo da intervenção estatal	42
6.9.	Princípio da proteção do hipossuficiente.....	43
6.10.	Princípio do fortalecimento da empresa agrária	43
6.11.	Princípio da conservação e a preservação dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente	43
6.12.	Princípio da dicotomia do Direito Agrário	44
7.	ORIGEM DO DIREITO AGRÁRIO.....	44
7.1.	Evolução histórica do direito agrário europeu	45
8.	EVOLUÇÃO DO DIREITO AGRÁRIO NO BRASIL.....	45
	 RESUMO	50
	 VÍDEO	52

CAPÍTULO 3 • FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL..... 53

	 RECADOS	53
1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	53
2.	FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	55
3.	FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO.....	56
4.	FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL	57
4.1.	Desenvolvimento Histórico	58
4.2.	Requisitos da Função Social da Propriedade Rural.....	59
4.3.	Principais Consequências do Descumprimento da Função Social	61
4.4.	Imóveis Insuscetíveis de Desapropriação para fins de Reforma Agrária	63
	 RESUMO	65
	 VÍDEO	66

CAPÍTULO 4 • IMÓVEL RURAL..... 67

	 RECADOS	67
1.	CONCEITO DE IMÓVEL RURAL	67
1.1.	Questão Tributária	69
1.2.	Características do Imóvel Rural	73
2.	DIMENSIONAMENTO DO IMÓVEL RURAL.....	74
2.1.	Módulo Rural	74

2.2.	Módulo de Exploração Indefinida (MEI).....	79
2.3.	Fração Mínima de Parcelamento	79
2.4.	Módulo Fiscal	82
3.	CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL	84
3.1.	Pequena, Média e Grande Propriedade Rural.....	84
3.2.	Minifúndio, Latifúndio e Propriedade Familiar.....	87
3.3.	Propriedade Produtiva	89
4.	CADASTRO DO IMÓVEL RURAL	91
	 RESUMO	94
	 VÍDEO	96
CAPÍTULO 5 • AQUISIÇÃO DO IMÓVEL RURAL.....		97
	 RECADO	97
1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	97
2.	REGISTRO DO IMÓVEL RURAL.....	99
3.	USUCAPIÃO.....	100
3.1.	Conceito	100
3.2.	Requisitos.....	101
3.3.	Espécies	103
3.4.	Usucapião Constitucional Agrária.....	105
3.5.	Usucapião Especial Indígena	108
4.	AQUISIÇÃO DO IMÓVEL RURAL POR ESTRANGEIROS.....	108
	 RESUMO	114
	 VÍDEO	116
CAPÍTULO 6 • BENS PÚBLICOS.....		117
	 RECADO	117
1.	CONCEITO E ESPÉCIES DE BENS PÚBLICOS	117
2.	TERRAS DEVOLUTAS	120
3.	DISCRIMINAÇÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS	125
3.1.	Fase de instauração	126
3.2.	Fase de instrução.....	126
3.3.	Fase de conclusão	126
4.	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	128
4.1.	Posse Agrária.....	128
4.2.	Legitimação e Regularização da Posse.....	129
5.	TERRAS INDÍGENAS	133
6.	TERRAS OCUPADAS POR COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	141
6.1.	Regime Jurídico Aplicável às Comunidades Quilombolas	142
6.2.	Procedimento de Identificação e Delimitação de Território	143

 RESUMO	144
 VÍDEO	146
CAPÍTULO 7 • REFORMA AGRÁRIA	147
 RECADOS	147
1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS	147
1.1. Conceito de Reforma Agrária	148
1.2. Características da Reforma Agrária	149
1.3. Objetivos da Reforma Agrária	151
2. ASSENTAMENTOS	153
3. BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA	154
3.1. Instrumentos de Titulação em favor dos assentados	158
4. INSTRUMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA	162
 RESUMO	164
 VÍDEO	166
CAPÍTULO 8 • DESAPROPRIAÇÃO AGRÁRIA	167
 RECADOS	167
1. NATUREZA JURÍDICA DA DESAPROPRIAÇÃO	167
2. NOÇÕES GERAIS DE EXPROPRIAÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO	168
3. DESAPROPRIAÇÃO AGRÁRIA	173
3.1. Indenização na Desapropriação Agrária	177
3.2. Procedimento	178
4. CONFISCO AGRÁRIO/DESAPROPRIAÇÃO-CONFISCO	187
 RESUMO	189
 VÍDEO	190
CAPÍTULO 9 • POLÍTICA AGRÍCOLA	191
 RECADOS	191
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS DA POLÍTICA AGRÍCOLA	191
2. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AGRÍCOLA	197
2.1. Crédito Rural	197
2.2. Seguro Agrícola	201
2.3. Cooperativismo	205
 RESUMO	209
 VÍDEO	210
CAPÍTULO 10 • CONTRATOS AGRÁRIOS	211
 RECADOS	211

1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	211
2.	CONTRATOS AGRÁRIOS ATÍPICOS.....	215
3.	CONTRATOS AGRÁRIOS TÍPICOS.....	216
3.1.	Conceitos	216
3.2.	Proibições Impostas ao Arrendador e ao Parceiro Outorgante.....	220
3.3.	Vedação ao Arrendamento ou Parceria de Terras Públicas.....	221
3.4.	Contratos Simulados.....	221
3.5.	Direito de Preferência	223
3.6.	Prazos dos Contratos.....	228
3.7.	Pagamento	232
3.8.	Benfeitorias.....	233
3.9.	Subarrendamento.....	234
3.10.	Causas de Extinção	234
	 RESUMO	236
	 VÍDEO	238
 CAPÍTULO 11 • EMPRESA AGRÁRIA.....		239
	 RECADO	239
1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	239
2.	CONCEITO DE EMPRESA AGRÁRIA	240
3.	REQUISITOS DA EMPRESA AGRÁRIA.....	242
4.	REGISTRO DA EMPRESA RURAL	245
5.	EMPRESA RURAL PÚBLICA	245
	 RESUMO	246
	 VÍDEO	247
 CAPÍTULO 12 • NOÇÕES BÁSICAS DE TRIBUTAÇÃO NO DIREITO AGRÁRIO		249
	 RECADO	249
1.	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	249
2.	COMPETÊNCIA PARA INSTITUIÇÃO DE TRIBUTOS.....	251
3.	CONCEITO LEGAL DE TRIBUTO	252
4.	ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	259
4.1.	Impostos.....	260
4.2.	Taxas.....	261
4.3.	Contribuições de melhoria	262
4.4.	Empréstimos Compulsórios	263
4.5.	Contribuições especiais	265

5.	ATIVIDADE RURAL, PRODUTOR RURAL E AGROINDÚSTRIA À LUZ DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	266
6.	TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE A ATIVIDADE RURAL.....	272
6.1.	Imposto sobre a renda do produtor rural pessoa física	272
6.2.	Imposto sobre a renda do produtor rural pessoa jurídica.....	275
6.3.	Microempreendedor Individual – MEI.....	276
6.4.	PIS/PASEP e COFINS.....	278
6.5.	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	282
6.6.	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)	284
7.	ALGUNS PONTOS RELEVANTES SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA	291
7.1.	Opção do produtor rural por ser (ou não) contribuinte do IBS e da CBS	292
7.2.	Regime específico favorecido para produtos agrícolas	293
7.3.	Não Incidência do Imposto Seletivo para Bens e Serviços com Alíquota Reduzida.....	295
	📁 RESUMO	296
	📺 VÍDEO	301
	CAPÍTULO 13 • DIREITO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE	303
	✉ RECADOS	303
1.	RELAÇÃO ENTRE O DIREITO AGRÁRIO E O DIREITO AMBIENTAL.....	303
2.	CÓDIGO FLORESTAL E SEUS EFEITOS NA PROPRIEDADE RURAL.....	306
2.1.	Área de Preservação Permanente (APP)	307
2.1.1.	Regime de proteção das APP's	309
2.2.	Reserva Legal	310
2.2.1.	Regime de proteção das RL's	312
	📁 RESUMO	313
	📺 VÍDEO	314
	BIBLIOGRAFIA	315